



Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, às rádios Difusora, de Itabuna, e Santa Cruz, de Ilhéus

Ilhéus-BA, 26 de março de 2010

Jornalista: Bom dia aos ouvintes da rádio Difusora, de Itabuna. Estamos iniciando aqui a entrevista com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e ao seu lado também o governador Jaques Wagner, dizendo ao Presidente que é um prazer para a rádio Difusora estar conversando com o presidente mais popular do Brasil nos últimos anos.

Presidente: Olha, Paulo, primeiro deixe-me dizer uma coisa para vocês, da minha alegria de poder dar entrevista outra vez à rádio Difusora, de Itabuna, ao companheiro Paulo Leonardo; dar entrevista à rádio Santa Cruz, de Ilhéus, ao companheiro Gil Gomes; e dizer para vocês que eu tenho uma preferência, uma predileção por dar entrevista para rádio porque no rádio a gente pode falar o que (incompreensível) cara da gente. Então, a gente pode dizer o que a gente quiser. Eu acho que é uma coisa mais direta e as pessoas que estão ouvindo, estão ouvindo a gente em qualquer lugar. Ninguém precisa mudar de posição para ouvir rádio...

Jornalista: É verdade.

Presidente: ...seja no carro, seja namorando, seja qualquer coisa, andando, caminhando, fazendo qualquer coisa, a pessoa está ouvindo um programa de rádio. Então, eu tenho uma certa predileção por dar entrevista para rádio e quero, então, agradecer a vocês dois por esta oportunidade de entrevistar a mim e ao nosso querido governador Jaques Wagner, que está aqui conosco.



Jornalista: Ok, Presidente. Nós vamos dar ênfase a assuntos pertinentes à região cacauzeira, lógica e evidentemente, e um ato hoje, muito importante, que acontece logo mais em Itabuna, quando o senhor inaugura o Gasene – uma obra do PAC –, ao lado do governador Jaques Wagner, uma obra, um investimento de mais de 7 bilhões, gerando, aí, 47 mil empregos. Isso significa dizer que essa parceria governo federal, governo do estado, esse projeto PAC é presente da Bahia, Presidente?

Presidente: Olhe, nós aprendemos, nesses últimos anos, a fazer aquilo que deveria ter sido feito a vida inteira no Brasil. É humanamente impossível um presidente da República governar o Brasil, ajudar a governar os estados e as prefeituras, de Brasília. Se a gente não estabelecer uma relação entre governo federal, estados e municípios, as coisas não andam, porque no fundo, no fundo quem toca as coisas nos estados são os governadores e quem toca as coisas nos municípios são os prefeitos, quem fiscaliza são os prefeitos. Eu vou dar um exemplo para vocês. Quando nós ficamos discutindo o programa Bolsa Família, nós ficamos discutindo quem seria o gerenciador desse Programa, quem iria cuidar desse Programa. Havia, até então, as pessoas que diziam: “É o Movimento Popular que tem que cadastrar e que tem que cuidar”. E nós descobrimos, rapidamente, que o Movimento Popular não tinha estrutura de [para] fazer o cadastramento. Quem tinha, era a prefeitura. Então, era preciso que a gente desse ao poder... ao prefeito o poder e o direito de cadastrar as pessoas, e obviamente que o movimento social pode fiscalizar, pode, pode acompanhar. Isso deu um resultado extraordinário. Portanto, veja, o maior programa de transferência de renda que nós temos, hoje, no Brasil, e acho que no mundo, em que os prefeitos de Ilhéus ou de Itabuna cadastram as pessoas... O Presidente da República não sabe quem é, a Caixa Econômica não sabe quem é, o governador não sabe quem é. O que nós sabemos é que tem um cidadão ou uma cidadã brasileira recebendo uma ajuda para levar



comida para casa. E isso deu certo. Então, quando nós pensamos o PAC... Eu lembro, como se fosse hoje, em 2007, que eu chamei a ministra Dilma Rousseff, e falei: Dilma, é preciso que a gente chame primeiro os governadores, depois a gente chama os prefeitos das capitais e depois chama os outros prefeitos para a gente fazer um jogo combinado, ou seja, não é apenas a obra de interesse do governo federal. É a obra de interesse do governo federal, do governo estadual e das prefeituras. São eles que têm que trazer para a gente as prioridades do estado. Essa conversa foi feita, Gil Gomes, e foi uma coisa fantástica porque houve uma combinação, uma sintonia perfeita. Só aqui para a Bahia nós temos, até o final deste ano, investimentos de R\$ 43 bilhões, investimentos que, eu diria, há muito tempo a Bahia não via e isso vale para quase todos os estados brasileiros. Só é possível por causa dessa parceria, dessa coisa muito forte entre o governo federal e o governo estadual. E o importante, companheiro Paulo Leonardo e companheiro Gil Gomes, é que isso é feito com todos os governadores, independentemente de que partido pertençam. Eu nunca perguntei de que partido era o prefeito, de que partido era o governador. Tanto faz o Serra, em São Paulo, como a Yeda, no Rio Grande do Sul, como o Wagner, na Bahia, o Déda, em Sergipe, todos, sem distinção, têm um tratamento republicano do governo federal. Nós estamos olhando o povo de cada estado e não a relação de amizade ou a relação partidária entre o presidente da República e o governador do estado.

Jornalista: Bom, Presidente, a região cacauzeira, ela luta por uma universidade federal. Ela pode sair ainda no seu governo?

Presidente: Olhe, depende [de] como é que ela pode sair. Ela pode sair com a construção de uma extensão universitária – e isso é um ato combinado entre o Ministério da Educação e a universidade federal aqui da Bahia – ou ela pode



sair com um projeto de lei aprovado no Congresso Nacional, criando uma outra universidade federal aqui na Bahia. Eu não sei se o pedido já está feito para o Ministério da Educação. Nós, agora, estamos fechando um novo PAC, o PAC II, para 2011-2014. E por que é que nós estamos fazendo agora o PAC se eu não sou mais presidente da República a partir de 2011? É porque nós precisamos preparar as coisas que são prioritárias para o Brasil. E é por isso, que é muito importante a participação dos governadores, para que o novo governo que entrar, não perca o primeiro ano fazendo projetos, ou seja, nós queremos deixar os projetos prontos. E você me lembrou, se tiver, vou ver com o ministério da Educação, ver se tem um projeto da Educação. Nós já estamos inaugurando em 2010, desde que eu entrei na Presidência, 105 extensões universitárias. Nós já – se for aprovado no Congresso Nacional, a Universidade Afro-Brasileira – nós vamos ter aprovado 14 novas universidades Federais, o que é uma coisa esplendorosa. E se a Bahia... e se a Bahia precisar de mais, vai ter mais, porque quem vier depois de mim, sabe, claramente, que precisa fazer igual ou mais do que eu fiz para a educação, porque nós precisamos recuperar o tempo perdido. É por isso que na lei que nós mandamos do pré-sal, para ser votado no Congresso Nacional, nós criamos um fundo, e eu disse publicamente que [com] o pouco do dinheiro do pré-sal, nós precisamos recuperar o prejuízo com a falta de investimentos na educação durante tantos séculos, no Brasil. Então, investir na Educação, é uma coisa para nós de uma nobreza extraordinária, e é a única coisa que vai permitir, o Brasil se transformar definitivamente em uma grande economia.

Jornalista: Presidente, é... evidentemente, que a região cacaueteira, ela recebeu um apoio como nunca tinha recebido desde o momento da sua crise, da vassoura de bruxa. Mas os produtores de cacau, eles estão satisfeitos com o andamento do PAC. O que o senhor pode falar? Inclusive hoje, esses produtores estão culpando a Ceplac por ter feito recombinações equivocadas



nas duas primeiras fases do Programa de Recuperação da Lavoura Cacauzeira. A categoria inclusive deseja que os débitos contraídos, para arcar as medidas incorretas no combate à vassoura de bruxa, sejam perdoados. O que o senhor pode garantir – eu sei que o senhor tem um carinho muito grande pela a região cacauzeira, pela cultura do cacau...O que o senhor pode garantir para essa região, para os produtores?

Presidente: Olha, primeiro, que nenhum técnico pode ser culpado se um jogador perder um gol. Ou seja, se o cidadão fez uma jogada errada, se chutou a bola fora... A Ceplac é uma instituição de pesquisa, de alta competência. Agora, como ela é dirigida por seres humanos, de pesquisas e pesquisadores, podem ter cometido um erro humano. O dado concreto, que quando eu vim aqui em 2008, lançar o plano de recuperação do cacau, (incompreensível) uma combinação com a plantação de dendê, para que a gente pudesse fazer, sabe, uma ... uma... combinação entre o dendê, o cacau e a seringueira, para produzir borracha. A gente veio aqui, fez o lançamento... Eu não esqueço nunca da quantidade de gente que tinha. Era um investimento de R\$ 2,2 bilhões, até 2016 e tinha todo um cronograma para ser cumprido, inclusive o cronograma da dívida que nós fizemos. Nós tínhamos a Medida Provisória 470, que foi rejeitada no Congresso Nacional. Nós, agora, vamos colocar negociações que estão sendo feitas com a participação do governador, com a participação do Ministro da Fazenda e com os representantes dos plantadores de cacau, nós vamos colocar na Medida Provisória 472 para a gente resolver esse problema. O que nós queremos é fazer o melhor possível. Nós queremos fazer o melhor possível. Tem gente que reivindica o perdão total das dívidas. Não existe possibilidade de perdão total das dívidas porque senão você habitua as pessoas a tomarem dinheiro emprestado e não pagarem. Não é possível. As pessoas têm que saber que têm responsabilidade. Se houve erro do governo, se houve erro da Ceplac, vamos tentar corrigir e nós estamos dispostos a



corrigir porque sabemos a importância do cacau para esta região. Sabemos a importância do cacau para esta região, e é por isso que nós lançamos, em 2008, aquele plano de recuperação da indústria cacauceira aqui na Bahia.

Jornalista: Bom, entre outros (incompreensível), outras medidas que os cacauicultores estão fazendo, hoje eles fazem uma movimentação, Presidente, eles estão querendo também 80% do desconto da dívida.

Presidente: Veja, o desconto, a gente faz aquilo que é possível fazer. O que existe, na verdade, é um processo de abertura entre o Ministro da Fazenda, o Ministro da Agricultura e os produtores brasileiros. Veja, é importante que a gente tenha juízo na hora de discutir determinados assuntos, porque a maioria do dinheiro emprestado para os agricultores brasileiros é dinheiro do Banco do Brasil. Se esse Banco emprestar e não receber de volta, vai chegar um dia em que ele não vai ter dinheiro para emprestar. Então, é importante que as pessoas saibam... Uma coisa é você tratar, em época de crise, uma coisa diferenciada. Mas você não pode tornar hábito as pessoas contraírem empréstimo, não poderem pagar e você anistiar. Você não pode tornar isso um hábito. O que eu posso dizer aos produtores é que o governo está interessado em fazer o que for possível e impossível para que a gente resolva o problema da indústria do cacau, que eles voltem a produzir, que a vassoura de bruxa seja banida desta região. Agora que o povo mais pobre está ganhando mais, está comendo mais, obviamente que vai comer mais cacau, nós vamos poder ter, portanto, mais energia para trabalhar ainda mais, e nós queremos fazer um acordo possível. A vontade do governo é total, e por isso é que estamos sentando à mesa e por isso é que vamos incluir na Medida Provisória 472 a nova proposta de ajuste da dívida dos produtores de cacau.

Jornalista: Presidente, hoje à tarde, o senhor, ao lado do governador Jaques



Wagner, assina a licitação para o início da Ferrovia Oeste-Leste. Além disso, teremos um porto *offshore*, um aeroporto, mas há um questionamento em relação ao impacto ambiental. Esses investimentos, aqui, dá para conciliar com o impacto ambiental? O que representa todo esse investimento para a Bahia, especificamente para a região sul?

Presidente: Olhe, eu já ouvi dizer que tem gente que é contra o porto, tem gente que é contra modernizar e fazer um novo aeroporto, tem gente que é contra a ferrovia, ou seja, tem gosto para tudo. Agora, a verdade é que nós temos que pensar no futuro do Brasil. Quando nós combinamos com o governo do estado da Bahia, decidimos estudar a construção de uma ferrovia de praticamente 1.527 quilômetros – se a gente for ligá-la de Ilhéus até a cidade de Figueirópolis, em Tocantins –, isso é um projeto de longo prazo. No curto prazo, nós vamos começar aqui dentro da Bahia. É porque nós queremos integrar todo o sistema ferroviário brasileiro, com a possibilidade de integrar junto com a hidrovia e com as estradas. Nós vamos... você vai pegar o mapa do Brasil e você vai perceber que parece uma espinha de peixe, com ramificações para tudo quanto é lado, para facilitar o escoamento de produção dos estados brasileiros. E, nós, hoje, estamos publicando o edital. Eu penso que até maio a gente já pode estar começando a cavar os primeiros buracos para começar a construir essa estrada. É um investimento muito duro, mas é um investimento que vai significar muito para a Bahia e que vai significar muito para o Brasil. Ora, agora, você não pode fazer uma ferrovia e não fazer um porto. O porto é por onde você vai receber e você vai escoar grande parte da produção da Bahia. Nós também estamos fazendo um estaleiro, aqui em Salvador, e também o que é importante é o aeroporto. Se você quer desenvolver a região, a combinação entre transporte aéreo, transporte ferroviário, transporte rodoviário e transporte marítimo é a condição fenomenal para que a Bahia possa oferecer, a investidores do mundo inteiro, opções. É



por isso que nós estamos fazendo esse investimento e outros investimentos que a Bahia está colocando no PAC, e que eu espero que sejam cumpridos até 2014-2015... 2016. Depois nós vamos ter a Copa do Mundo. A Bahia é sede da Copa do Mundo. Nós temos que trabalhar com o governador para poder fazer uma Copa do Mundo belíssima aqui na Bahia. Depois vamos ter as Olimpíadas, então tem muita coisa para acontecer, tem muita coisa. O programa Minha Casa, Minha Vida, a Bahia tem direito a 80 mil casas, mas nós já tomamos duas decisões para favorecer a Bahia, aqui, a aumentar a contratação das casas de zero a três salários mínimos, que é a parte que precisa mais das casas. Hoje nós vamos assinar contrato de praticamente 3.200 casas contratadas aqui na Bahia. E eu penso que assim a gente vai fazendo a Bahia e o Brasil crescer.

Jornalista: Bom, estamos conversando com o presidente Lula. Ô Presidente, a duplicação da BR-415, Itabuna-Ilhéus, essa obra que também é (incompreensível), há mais de 20 anos...

Presidente: Olha, veja, é importante que o Wagner, que está aqui ao meu lado, saiba o seguinte. Se você tem o pedido dessa obra no Ministério dos Transportes, é importante a gente colocá-la no PAC, porque colocando ela no PAC, ela tem chance de sair com maior rapidez, porque o PAC construiu uma estrutura de funcionamento que, às vezes, torna a coisa mais ágil do que a tramitação normal de uma obra pelo Ministério dos Transportes. Então, eu... até o Wagner está aqui ao meu lado ouvindo. É importante saber, Wagner, que se essa obra é importante, é importante que ela seja incluída no PAC, porque tem condições especiais para que as obras do PAC sejam melhor agilizadas. Eu fui muitas vezes, aqui, de Ilhéus a Itabuna de carro, muitas vezes, e eu penso que esta região, esta região merece porque é uma das regiões, eu diria, com possibilidades excepcionais de desenvolvimento na Bahia, tanto o turismo



quanto o desenvolvimento industrial. E nós estamos dispostos a colaborar. Aliás, daqui a pouco nós vamos pegar a rodovia e vamos até Itabuna inaugurar o Gasene.

Jornalista: Presidente, o município de Ilhéus vem, há alguns anos, sonhando com a construção de uma nova ponte ligando o centro à zona sul. Hoje é o único acesso para outras cidades, inclusive Una, Canavieiras, enfim. E a demanda não suporta mais. São muitos veículos, principalmente na temporada de verão. Aqui eu entrego ao senhor uma carta do povo de Ilhéus, que confia no presidente Lula, que confia no governador Wagner, para que formalizem essa parceria para atender esse pedido do povo Ilhéus que, por certo, vai agradecer muito, uma vez que os transtornos são grandes, a gente tendo só essa única via, Presidente.

Presidente: Olhe, eu até acho importante a gente ouvir um pouco o companheiro Wagner, para falar sobre essa ponte. Veja, se o governo do estado colocar essa ponte como prioridade nas possibilidades de investimento do estado. Da parte do governo federal, nós não iremos inventar obras e não vamos dizer para o governador: essa obra não é importante. Se ele disser que é importante, é importante, e vamos tratar de colocar as verbas para a gente poder realizar. Então, eu queria ouvir o governador Jaques Wagner. Se vocês me permitem, eu agora estou virando jornalista, eu estou perguntando aqui ao governador Jaques Wagner, como é que ele vê a reivindicação da ponte aqui em Ilhéus?

Governador Jaques Wagner: _____

Jornalista: Bom, Presidente, a violência, ela vem tomando conta de muitas cidades do interior da Bahia. Sabemos do trabalho que o governo do estado



vem realizando, inclusive com campanhas em rádio, televisão, em *outdoors*. O crack, 80% da violência, devido à situação do crack. A aprovação da PEC 300, a unificação dos salários, seria uma das saídas para a melhoria da segurança em todo o país?

Presidente: Olhe, primeiro, é importante que a gente saiba o seguinte: a aprovação da PEC que cria o piso nacional para os policiais de R\$ 3.500, pode ser pago por um ou por outro estado, mas não pode ser pago por todos os estados brasileiros. Então, a PEC aprovada lá, ela tem que levar em conta a possibilidade de pagamento dos governadores. As pessoas não podem pegar apenas um projeto da... um projeto de Brasília, porque Brasília é pago com fundo do governo federal. Diferentemente dos outros estados, Brasília recebe quase R\$ 9 bilhões do Orçamento da União para pagar médico, para pagar policiais. Essa não é a realidade de todos os estados. Mas eu penso... veja, que nós criamos uma Bolsa Copa do Mundo, que é para ajudar os policiais; criamos uma Bolsa Formação, que é para ajudar na formação dos policiais. Acho que é preciso a gente ter uma remuneração mais adequada para os policiais. Eu... todo mundo sabe, que a minha posição é pública, ou seja, eu não acredito nessa tal de jornada de 24x72 horas, porque nenhum policial trabalha 24 [horas] direto e nem descansa 72 [horas]. Ele vai fazer “bico” por aí. Eu sou favorável a que os policiais trabalhem oito horas por dia: trabalhem das 6 [horas] às 2 [horas], das 2 [horas] às 10 [horas], das 10 [horas] às 8 [horas]. Quando inventaram essa tal de jornada 24x72 [horas] foi para não dar aumento de salário. Então, hoje você paga a um policial 30 dias para ele trabalhar dez [dias]. Então, eu prefiro que ele trabalhe os 30 dias do mês, ganhe um pouco mais e preste serviço 24 horas por dia à população, cada um cumprindo as suas oito horas de trabalho. Ninguém precisa cumprir mais. Depois, eu sou favorável a tirar policial de trás da mesa, policial do computador, policial... O policial tem que estar nas ruas. Para trabalhar em uma mesa, a gente contrata



outro tipo de gente, para fazer o trabalho burocrático. Então, nós vamos arrumando as coisas e todo mundo sabe que nós temos um compromisso sério até chegar à Copa do Mundo e até chegar às Olimpíadas. Mas não só por isso. Mas esses eventos internacionais vão obrigar com que todos os entes federados tenham maior agilidade. Nós temos um trabalho muito sério com o Pronasci, criando um tipo de policiamento mais, eu diria, comunitário, envolvendo mães na recuperação de jovens com possibilidade de virarem delinquentes e na área de risco. E agora nós temos um fenômeno novo no Brasil, que é o crack. Nós temos um fenômeno novo que ainda não temos especialistas, não temos ainda definido como é que a gente evita... porque, diferentemente de outras drogas que as crianças vão ficando viciadas ao longo do tempo, o crack, me parece que se fumar uma vez não tem retorno. Então, nós estamos preocupados, estamos tentando construir um seminário com especialistas para discutir qual a melhor forma de a gente tentar evitar a utilização dessa droga. Eu tenho informações de que o crack tem se espalhado pelas cidades do interior, uma coisa que era novidade, porque a gente imaginava que a droga era uma coisa apenas dos grandes centros urbanos. Portanto, é mais trabalho e mais responsabilidade e, portanto, nós temos que ter mais ousadia. Mas a questão da segurança é uma questão... Nós, quando aprovamos o Pronasci, o programa de segurança, no Ministério da Justiça, nós colocamos praticamente R\$ 6 bilhões para serem trabalhados junto com os estados na construção de presídios, na compra de viaturas, na formação de policiais, dar um tratamento mais humano, sobretudo na recuperação de jovens neste país. Nós vamos continuar trabalhando forte nesse assunto, mas nós temos clareza que... o Wagner está correto: você tem que ter uma combinação de um programa educacional com ação policial, com ação da sociedade, que é para a gente tentar diminuir a violência no Brasil e na Bahia.

Jornalista: Presidente, ainda falando sobre o PAC, é uma obra muito



importante, sobre os portos... É verdade que os portos baianos poderão ficar fora do PAC II, que será assinado no próximo dia 29, dando prioridade aos portos do Ceará e de Pernambuco?

Presidente: Não há possibilidade. Veja, não há possibilidade de um estado que tem a possibilidade de construção de portos como a Bahia, ficar fora da política de portos. Se, em algum momento houve um engano, um equívoco, uma palavra mal colocada ou alguém, aí, insinuou que não ia ter portos, foi um ato impensado de quem falou, porque nós não permitiremos que nem a Bahia, nem outro estado que tenha possibilidade de [ter] portos fique fora da política de portos. Se nós estamos pensando em transformar o Brasil na quinta economia do mundo até 2016, não é possível que a gente não esteja pensando em construir os portos necessários em todos os estados. Antigamente, estaleiro era só no Rio de Janeiro. Hoje nós vamos construir estaleiro aqui, estaleiro no Ceará, já tem o estaleiro de Pernambuco, estaleiro no Rio Grande do Sul, porque quanto mais a gente espriar os investimentos públicos, quanto mais a gente espriar as obras públicas, mais a gente vai, também, gerar empregos em nível nacional. E distribuir renda, porque nós não queremos o Brasil com o Sudeste muito rico e com o Nordeste muito pobre. Não, nós queremos um Brasil mais ou menos equânime. Eu tenho na minha cabeça a ideia de que o Nordeste brasileiro não é exportador de pedreiro, como costumavam dizer: “Ah, está vendo aquele prédio? Foi um nordestino que fez. Está vendo aquela ponte? Foi um nordestino que fez”. Nós queremos continuar fazendo as pontes, mas queremos ser engenheiros também. Não queremos apenas ser pedreiros. Então, aquela história de tratar o nordestino como cidadão de segunda classe acabou, e vai acabar na medida em que a gente vai investindo mais no Nordeste brasileiro. Eu tenho consciência de que o que nós estamos fazendo, de investimento, no Nordeste brasileiro nunca foi feito na história deste país. Este país dava de barato que o Nordeste tinha que receber



menos educadores, tinha que ter mais analfabetos, tinha que ter mais mortalidade infantil e menos emprego. Acabou isso, acabou. Na crise econômica, agora, todas as pesquisas mostraram o quê? Que as classes D e E, do Nordeste, consumiram mais do que as classes A e B, do Sudeste. Você quer mais alegria para um nordestino do que isso? Pense num cabra feliz de saber que o meu povo pobre está comendo mais, que iogurte já não é mais coisa de luxo, que uma mulher pode entrar num *shopping* sem vergonha de ficar só olhando a vitrine, que ela pode comprar alguma coisinha lá. E vai crescer muito mais. Se você pegar os dados de emprego, você vai perceber que são os estados do Nordeste onde estamos gerando mais empregos. E vai ser assim, porque nós queremos um país justo, um país igual, um país onde as pessoas possam ser todas tratadas em igualdade de condições. Por isso é que estamos fazendo mais escolas técnicas no Nordeste, por isso é que estamos fazendo mais universidades no Nordeste, porque nós queremos que o Nordeste seja equiparado a qualquer outra região na formação de doutores, de mestres, na formação de pesquisadores. Nós não queremos que o Nordeste apareça apenas como o maior índice de mortalidade infantil, maior índice de analfabetismo, maior índice de evasão escolar. Nós queremos acabar com isso! E graças a Deus, estamos acabando. É um longo caminho a ser percorrido, mas as coisas estão melhorando substancialmente.

Jornalista: Bom, Presidente, além do gasoduto, que outro presente o Presidente daria à cidade de Itabuna, que está completando no dia 28 de julho o seu centenário?

Presidente: Vai depender do Governador e do Prefeito. Me apresentem o projeto, que o presente será dado. Contar para vocês, contar para vocês a história desse gasoduto. Meu filho, esse gasoduto é um gasoduto muito grande. Ele tem 1.387 quilômetros, ele passa... começa no Rio de Janeiro,



passa no Espírito Santo, passa na Bahia. É o gasoduto que integra o Sudeste e o Nordeste brasileiro. Ele tem três trechos: os trechos Cacimbas-Vitória, de 130 quilômetros; o trecho Cabiúnas-Vitória, de 303 quilômetros; e o trecho Cacimbas-Catu, de 954 quilômetros. Essa é uma obra engraçada, porque foi a primeira... a única obra que eu coloquei em votação. Nós tínhamos um contrato para fazer o gasoduto com os japoneses. E aí nos vimos a possibilidade de fazer o gasoduto com os chineses e de estabelecer uma aliança estratégica com a China que, até então, não tinha nenhum investimento no Brasil. E fomos para uma discussão de governo, discutimos, discutimos, discutimos – não vou dizer aqui quais os ministros – mas houve uma votação, houve uma votação e eu fiquei só na espera de ter um empate. Se tivesse empate, eu ia ser o voto minerva, e ia desempatar. Mas não precisou, porque nós ganhamos a votação. Eu era favorável a que fosse com a China. E depois nós demoramos quase três anos para começar porque os chineses são duros na queda. Pensem em um bicho difícil de negociar! Os chineses são duros, eles... como o brasileiro deve ser, saber negociar, tentar impor as suas condições. A única coisa que nós não aceitamos é que tragam chineses para trabalhar aqui no Brasil, porque nós temos muitos brasileiros querendo trabalhar. Mas é uma obra que gerou 47 mil empregos diretos e indiretos, foi muito emprego. Então, graças a Deus, hoje, inaugurar esse Gasene, para mim, é como ver o choro de uma criança na maternidade, porque é uma obra grande, que ninguém acreditava, que está concluída. Isso vai possibilitar transportar 20 milhões de metros cúbicos/dia, vai permitir que a gente possa ter uma nova matriz energética para o Nordeste brasileiro e eu acho que isso é extremamente importante.

Jornalista: Ok, Presidente. Para encerrar aqui a nossa entrevista, eu gostaria de saber do senhor sobre... é uma polêmica, até, que está na Bahia, eu acho que o governador Wagner é que pode falar mais sobre o assunto, mas eu gostaria de saber do senhor o seguinte: será possível mesmo essa aliança com



o senador César Borges?

Presidente: Olhe, essa é uma coisa, é uma coisa, é uma coisa que... da Bahia, eu prefiro que o Jaques Wagner fale. Eu vou dizer uma coisa para você: na política, é interessante, é interessante que... na política não existe nada que você considere impossível, ou seja, é impossível. Você, algum dia, imaginou que o PT pudesse fazer aliança com o PP? Pois o PP faz parte da base de apoio ao governo. Porque tem uma coisa lógica, meu filho, tem uma coisa lógica: você, quando disputa uma eleição, você tem que construir o leque de alianças possíveis, que facilitem a possibilidade de você ganhar as eleições. Depois que você ganha, você tem que construir o leque de alianças capaz de permitir que você vá, vá administrar. Porque quando chega ao Congresso Nacional, quando chega ao Congresso Nacional, não tem apenas deputado de esquerda, de centro e de direita. Na hora de votar, cada um vale voto. E o projeto do presidente da República precisa de uma maioria aritmética, para poder ser aprovado. E aí você vai atrás de quem quer votar. O César Borges faz parte da base do governo. Ele participa do PR, que é um partido da base do governo. Portanto, eu acho que essas conversas políticas são necessárias, e as alianças dependem muito da realidade local, de cada, de cada, de cada cidade, de cada estado. Quando a gente vai disputar uma eleição municipal, a realidade é municipal; quando ela é estadual, a realidade é estadual; quando ela é nacional, a realidade é nacional. Você sabe que nós temos uma, uma, uma experiência, eu diria, bem-sucedida. Você veja o Obama, a dificuldade que ele teve de aprovar o plano de saúde dele, e não sabe ainda se está definido, porque já tem gente querendo entrar com novas emendas, com recursos. No Brasil, graças a Deus, nós não tivemos, eu posso colocar as mãos para o céu, ou seja, nós aprovamos tudo o que nós queríamos aprovar nesses meus sete anos de governo. A única coisa que nós perdemos foi a CPMF. Mas como Deus escreve certo por linhas tortas, vão ser os



governadores deste mandato, agora, e vão ser os prefeitos deste mandato, agora, que vão partir para cima do Senado e da Câmara, para que eles (incompreensível) dinheiro para financiar a Saúde, porque o discurso de que “é preciso melhorar a qualidade da saúde”, sem dinheiro, é mentiroso, é mentiroso. Tiraram R\$ 40 bilhões do governo federal. No fundo, no fundo, eu sei que ninguém queria prejudicar o pobre. A tentativa era de me prejudicar, a tentativa era de tentar enfraquecer o governo, por isso, tiraram a CPMF, e todo mundo que votou tinha experiência política e sabia que não podia tirar. Mas tiraram, por birra, quase como vingança. Mas eles mesmos vão votar, daqui a uns dias eles vão votar, muitos vão virar governadores, muitos vão virar prefeitos de capitais, e daqui a pouco estarão pedindo ao Presidente: “Presidente, pelo amor de Deus, faça uma lei para colocar um dinheirinho para a Saúde.” E quem estiver na Presidência vai fazer, porque é necessário, é necessário. Se você quiser melhorar a Saúde para o povo pobre neste país, você precisa fazer investimentos. Pode perguntar para qualquer prefeito qual é a situação dele hoje, pode perguntar para qualquer governador qual é a situação dele hoje. Não tem choro e nem vela e não tem mentira. Para melhorar a Saúde, para dar ao pobre as mesmas condições que têm setores da classe média brasileira, é preciso dinheiro. De vez em quando você encontra um cidadão mais rico falando: “É, mas eu tenho saúde boa, mas eu pago um plano.” Mentira. Ele paga um plano, mas quem paga o plano dele são os contribuintes brasileiros, porque no Imposto de Renda, ele desconta do Imposto de Renda o que ele pagou. Então, ele tem as máquinas que o pobre não tem, ele tem os médicos que o pobre não tem, pagos pelos pobres, também. Então, o que nós queremos é dinheiro para fazer a Saúde (incompreensível). Eu não briguei por isso, porque eu não queria fazer disso um cavalo de batalha. A economia estava crescendo, a gente estava arrecadando, mas posso dizer que eu tenho conversado com muitos prefeitos: é insustentável a questão da Saúde nas prefeituras. E serão os próximos



prefeitos, os próximos governadores. que vão fazer essa briga. Hoje, um prefeito de uma cidade do interior, para levar um médico... tem médico pedindo até R\$ 30 mil por mês, porque todo mundo quer trabalhar na principal avenida de Salvador, de Pernambuco; na Avenida Paulista, em São Paulo; na Avenida Atlântica, no Rio de Janeiro. Agora, o cidadão não quer ir para ser mordido de “mossoroca”, no interior, não quer ir. Então, esse é um problema que nós temos que resolver no Brasil, e precisa de dinheiro. Nós tínhamos... quando foi derrotada a CPMF no Congresso Nacional, no Senado, nós tínhamos feito o Pacto da Saúde, que foi aprovado no Palácio do Planalto por mais de 1.500 especialistas, liderados pelo Ministro da Saúde e por ninguém, nada mais, do que o dr. Adib Jatene. Tínhamos destinado R\$ 24 bilhões para cuidar do povo mais pobre; inclusive, levar dentistas na escola, para as crianças para, duas vezes por ano, consultar os dentes das crianças; oftalmologistas, para saber se as crianças não estavam aprendendo porque tinham alguma deficiência visual. Em mil novecentos e cinquenta e poucos, eu era moleque, estudava em escola pública em São Paulo, e tinha médico na escola, tinha dentista! Por que as pessoas não têm que ter isso na escola? Por que o pobre não pode ser tratado com dignidade? Então, derrotaram isso, derrotaram. Agora, eu acho que a Saúde vai precisar de recursos, vai precisar, e certamente o Senado e – o Congresso – e a Câmara vão compreender a necessidade de que... não é possível. Nós estamos fazendo 500 UPAs – Unidade de Pronto Atendimento – no Brasil, até 2010. A Bahia vai ter, a Bahia vai ter 45, para funcionar 24 horas por dia, numa combinação... a (incompreensível) e o Samu, aquela ambulância nossa, que ontem nós inauguramos [entregamos] mais 650. Então, o cidadão, o cidadão que está na UPA vai ser levado pela ambulância, se precisar de um hospital ele vai ser levado para um hospital, não vai ficar correndo atrás de hospital. Ele vai sair de lá já com o hospital e com o lugar certo para ele ser tratado. Então, eu quero dizer, para terminar, Gil Gomes, que essa é uma tarefa imensa, imensa. O povo mais humilde do Brasil precisa de mais respeito



e mais carinho, e vai levar tempo para a gente conseguir isso. Você não faz nem em quatro, nem em oito, você precisa, às vezes, de 15, 20, 30 anos, para você ter uma geração de brasileiros melhor tratada e muito mais respeitada.

Jornalista: Bom, Presidente. Para finalizar, já que o senhor tem outros compromissos, com relação à política na Bahia. Todo mundo quer Lula em cima do palanque. Como fica, como é que o senhor vai administrar Geddel e o governador Wagner? Como é que vai ser a campanha na Bahia?

Presidente: Olhe, eu não sei como é que vai ser a campanha na Bahia. Eu sei que o fato de esses dois estarem divergindo vai me trazer problema. Eu preferiria que estivesse todo mundo no palanque, todo mundo se abraçando. A fotografia seria mais bonita, o povo iria compreender melhor o que estaria acontecendo na Bahia. Mas a política tem dessas coisas, a política tem imprevistos e nós temos que tentar lidar com eles. Obviamente que dois companheiros, um do meu partido e um da base aliada, meu ministro, nós vamos ter que trabalhar com muito carinho como é que a gente vai poder ajudar a campanha aqui na Bahia. Posso dizer para você que é difícil. Quando nós tivemos um problema semelhante em Pernambuco, entre o PT e o PSB, foi um fato inédito, porque eu ia para o palanque com os dois candidatos a governador, no mesmo palanque. Eu temo que aqui na Bahia seja difícil acontecer isso, não é? Porque o clima está mais, eu diria, um pouco mais nervoso do que em Pernambuco. Mas nós fizemos, a turma do PT de um lado, a turma do PSB do lado; eu dizia: olha, vamos trabalhar juntos, cada um apoia o seu candidato, mas no segundo turno nós vamos estar juntos. O pessoal, se brigava, brigava fora de... quando eu saía de lá. O dado concreto é que o Eduardo Campos foi para o segundo turno, e nós fomos trabalhar. Eu, sinceramente, todo mundo sabe – o Wagner sabe a minha opinião, o Geddel sabe a minha opinião, o Brasil inteiro sabe – eu gostaria que a gente tivesse



todo mundo em um palanque só, porque nós precisamos construir um novo jeito de governar o Brasil. Nós mudamos de século, mudamos de classe dirigente na maioria dos estados. Vamos tentar fazer algo novo. Não foi possível? Vamos tentar agora trabalhar, daqui para frente, para ver como a gente pode ajudar. Eu sei que, muito mais difícil do que eu estará a minha candidata, no palanque, porque ela é que vai fazer campanha, na verdade. Eu vou, eu vou estar muito à vontade aí. Mas como na política todo mundo é um pouco eclético, a gente vai encontrar um jeito.

Jornalista: Ok, Presidente. Muito obrigado por esta entrevista. Foi muito bom estar com o senhor.

Presidente: Obrigado, Gil Gomes. Queria agradecer aos ouvintes da rádio Santa Cruz, de Ilhéus. Obrigado, Paulo Leonardo, eu também queria agradecer aos ouvintes da rádio Difusora, de Itabuna. E dizer para vocês que quando precisarem de um cara que gosta de falar em rádio, não se esqueçam de que tem um tal de Lula, que gosta. Procurem-no, que ele é doidinho para falar em rádio. Eu acho legal, que a gente pode conversar muito mais tranquilo, muito mais à vontade na rádio. Eu, sinceramente, tenho uma preferência total por entrevista em rádio. A jornal, por escrito, eu tenho um pouco de cisma, porque a gente fala, fala, fala, fala, fala, fala, e o cidadão anota, anota, anota, anota, e quando publica, não é aquilo que a gente falou, é interpretação. A televisão, se a gente der moleza, eles conseguem editar e aparece só a parte mais ruim do que a gente fala. O rádio, não. O rádio, está ao vivo, aqui. Quem estava na cozinha, estava ouvindo; quem estava no sofá, estava ouvindo; quem estava lavando roupa, estava ouvindo; quem estava lavando o carro, estava ouvindo. Aí, sim, aí é pão, pão, queijo, queijo. Então, eu adoro isso. Por isso, muito obrigado a vocês dois.

(\$31DGJLP)